



ISSN 1678-0701
Número 64, Ano XVII.
Junho-Agosto/2018.

Números



[Início](#) [Cadastre-se!](#) [Procurar](#) [Área de autores](#) [Contato](#)
[Apresentação](#) [Normas de Publicação](#) [Resultado do prêmio](#) [Artigos](#) [Dicas e Curiosidades](#)
[Reflexão](#) [Para sensibilizar](#) [Entrevistas](#) [Culinária](#) [Arte e ambiente](#) [Divulgação de](#)
[Eventos](#) [O que fazer para melhorar o meio ambiente](#) [Educação](#) [Você sabia que...](#) [Plantas](#)
[medicinais](#) [Práticas de Educação Ambiental](#) [Ações e projetos inspiradores](#) [Cidadania](#)
[Ambiental](#) [Relatos de Experiências](#) [Notícias](#)

Artigos

No. 64 - 14/06/2018

OS ALUNOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A VISÃO SOBRE "MEIO AMBIENTE"

Link permanente: <http://revistaeea.org/artigo.php?idartigo=3207>

Like Be the first of your friends to like this.

Os Alunos dos anos finais do ensino fundamental II e a visão sobre "Meio Ambiente"

Dr. Vitor Hugo Borba Manzke, Área de Química e Biologia, Campus Visconde da Graça/Instituto Federal Sul Riograndense, vitormanzke@cavg.ifsul.edu.br

Me. Maria da Conceição da Costa Martins, Departamento Ciências da Natureza, Instituto Politécnico de Bragança, cmartins@ipb.pt

Me. Gabriela Soares Traversi, PPGCITED, Campus Visconde da Graça/Instituto Federal Sul Riograndense, gabrielastraversi@gmail.com

Resumo:

O senso comum na sociedade estabeleceu que o termo Meio Ambiente remete "obrigatoriamente" a ideia de que estamos falando dos seres vivos e suas relações no local onde vivem. Esta quase definição de Ecologia apresentada nas salas de aula a partir dos anos 70, vem sendo mantida nos dias atuais em muitos ambientes escolares. Entretanto, pouco vemos e falamos sobre o meio ambiente na abrangência da Educação Ambiental. Os aspectos socioambientais parecem não fazer parte deste ambiente visualizado na educação básica. Na inquietação desta premissa é que buscamos entender a consciência social e ambiental que os alunos do ensino básico de escolas públicas do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, apresentam. O que é e qual a abrangência contida no estudo do "Meio Ambiente"? Para chegar a este entendimento, ouvimos 91 alunos de 4 escolas públicas, entrevistados através de questionário semiestruturado em 9 questões. Os dados obtidos foram analisados e são

nos a necessidade de ampliar as discussões sobre meio ambiente como elemento estruturante para uma consciência ambiental mais abrangente e não só aquela sedimentada no senso comum.

Palavras chave: Meio ambiente, ambiente, educação ambiental, ensino básico.

Abstract:

Common sense in society has established that the term "environment" refers "obligatorily" to the idea that we are talking about living beings and their relationships in the place where they live. This almost definition of Ecology presented in the classrooms

from the 70's, has been maintained in the current days in many school environments. However, we see little and talk about the environment in the scope of Environmental Education. The socio-environmental aspects do not seem to be part of this visualized environment in basic education. In the restlessness of this premise is that we seek to understand the social and environmental awareness that the elementary school students of public schools in the municipality of Pelotas, in the state of Rio Grande do Sul, present. What is the scope of the "Environment" study? To reach this understanding, we heard 91 students from 4 public schools, interviewed through a semistructured questionnaire on 9 questions. The obtained data were analyzed and presented in tables and graphs constructed in the Excel program. The study showed us the need to broaden discussions about the environment as a structuring element for a more comprehensive environmental conscience and not only that sedimented in common sense.

Keywords: Environment, environment, environmental education, basic education.

Introdução

Já faz parte do senso comum que é no ensino das Ciências da Natureza onde encontramos o espaço escolar para falarmos e discutirmos o meio ambiente. Neste mesmo espectro encontramos a firmeza de que meio ambiente e educação ambiental são sinônimos e estão restritas ao estudo dos seres vivos – árvores e animais e, por isso, deve ser tratado tão somente, nas aulas de ciências. A Ciência da Natureza seria, por assim dizer, a disciplina exclusiva, particular, para o estudo do meio ambiente.

Atualmente muitos textos científicos mostram a preocupação dos pesquisadores em discutir a amplitude e a abrangência que os termos Meio Ambiente e Educação Ambiental – EA, tomam. A legislação educacional brasileira através da Lei de Diretrizes e Bases brasileira – Lei 9.394/96, assegura em seu artigo 32, que o ensino básico tem como objetivo a formação básica do cidadão e que isso deverá concorrer para a compreensão: do ambiental natural e social, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 1996). Para a sustentação desta visão o Ministério da Educação elabora, no final do século XX, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que passaram a servir de referência para os currículos escolares no ensino fundamental da rede pública brasileira.

Os PCNs (BRASIL, 1997) preconizam pelo direcionamento de ações na melhoria das condições da vida global. Propõe uma necessária mudança de atitudes na interação homem/natureza para a construção do patrimônio básico à vida humana: o meio ambiente. Lemos nos Parâmetros que os alunos podem ter nota 10 nas provas, mas se, ainda assim, jogarem lixo na rua, pescarem peixes-fêmeas prontas para reproduzir, atearem fogo no mato indiscriminadamente, ou realizarem outro tipo de ação danosa ao meio ambiente, de nada terá adiantado sua formação literária sobre o meio ambiente (BRASIL, 1997), se não perceberem os locais onde vivem.

Em 2006 a aprovação da Lei 11.274 ratificou a preocupação com a formação básica do cidadão. A redação dada a Lei mostra claramente a preocupação com o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Para além disso, apontam para a necessidade de que os jovens compreendam o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia e as artes como valores fundantes da sociedade.

E a formação dos professores está atenta a estas necessidades pautadas pela legislação? Para Teixeira (2014) a formação de professores no Ensino Superior deveria exigir uma sólida argumentação com o desenvolvimento de pesquisas sobre o conhecimento ambiental como parte da sua formação. Supõe a autora que o contato do licenciando com os fundamentos dos estudos relativos ao meio ambiente será capaz de introduzi-lo no âmbito da EA. Entretanto, fica a preocupação sobre o quão os alunos dos cursos de licenciaturas estão capacitados para o exercício da educação ambiental no ensino básico.

Ainda que os pesquisadores reconheçam a interdisciplinaridade característica da EA, e

que, por esse motivo, não restrinjam suas pesquisas aos profissionais da área de ciências, os trabalhos analisados por Christian (2018) apontam fragilidades na formação inicial dos professores para trabalharem com a EA, independente da área ou do curso de licenciatura que estiver sendo analisado. Evidencia também que os próprios docentes universitários apresentam visões antropocêntrica e conservacionista do meio ambiente e pouco envolvimento político, fatores que comprometem, principalmente, a inserção de uma EA crítica na formação dos futuros professores. A nosso ver os trabalhos produzidos por Christian (2018) indicam para o caminho da ambientalização do currículo como forma de mitigar o entendimento do meio ambiente e da consciência socioambiental.

A ação dos professores é imperativa para o processo de inserção do debate referente ao meio ambiente e, por consequência das ações relativas a Educação Ambiental na escola. Os constantes posicionamentos solicitados aos professores reproduzem as mesmas características da dinâmica social exigidas na interpretação das relações sociais existentes. O professor é o responsável pela execução da educação ambiental e o faz a partir de seus conhecimentos, representações e intencionalidades no que se refere à educação e à problemática ambiental (TORALES, 2013).

É importante ver que também na formação de professores nos cursos Normais, de nível médio, que atuarão nos anos iniciais do ensino básico, Lopes (2013) identificou que uma das “pedras no caminho” (grifo do autor) é a insuficiente formação relativa ao meio ambiente e suas consequências em relação a educação ambiental, inclusive a dele próprio. O autor relata, e se preocupa, com a visão dos futuros professores em relação ao conceito sobre meio ambiente. Frases como: Trata-se do meio em que vivemos e interagimos com o outro; Meio onde vivemos; É o conjunto de forças e condições que cercam e influenciam os seres vivos, ou ainda, “É o espaço de convivência entre todos os seres”, demonstram a visão antropocêntrica dos mesmos (LOPES, 2013).

Segundo Batalha (2015), ao analisar os dados obtidos entre os alunos do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Amazonas, observou que as respostas apontavam massivamente para a necessidade de que fosse promovido um debate sobre a importância de se estudar educação ambiental. As respostas foram amplamente voltadas a natureza, ao meio natural, assim sendo, mostrando uma visão ingênua sobre a educação ambiental, concebendo-a de forma simplista como proteção dos recursos naturais e a preservação de espécies. O autor utiliza a ideia de Berna (2001), que afirma: “não adianta ficar só estudando e conhecendo a natureza. É necessário combinar estudo e reflexão com ação”.

Ao trabalhar com professores e alunos do ensino básico investigando uma escola acerca das concepções ambientais Santos (2014), em sua dissertação de mestrado, constatou que professores entrevistados sobre questões ambientais, relacionaram a poluição com a sua origem, tanto quanto seus alunos que também citaram a origem da poluição sem estabelecer relações socioambientais. É interessante identificar que os alunos que não tendo as informações ampliadas em respeito ao tema discutido, atribuem toda a poluição àquilo que observam e escutam a respeito, o chamado “senso comum”.

Diz Santos (2014) que devemos considerar, também, que a explicação possa estar no fato de que nem todos os alunos entrevistados tinham o mesmo professor de Ciências. Contudo, ficou clara a posição do autor em entrevistar, mesmo mostrando preocupação com as questões socioambientais envolvidas no processo, apenas os professores de Ciências e seus alunos, sem questioná-los se este tema surgia em outras disciplinas.

Para além da academia e do ambiente escolar, temos visto que vários meios de comunicação, rádio, tv, etc., desenvolvem programas de debates sobre meio ambiente. A classe política promove eventos para debater o Meio Ambiente e EA, e falam sobre a

necessidade de que seja implantada, inclusive, que a EA deva constituir-se em uma disciplina curricular obrigatória, no ensino básico. Mas na verdade, quase sem exceção, os citados programas e eventos políticos discutem a questão do ambiente natural em relação a poluição do rio, a extinção de uma determinada espécie seja ela animal ou vegetal, esquecendo de discutir as causas e as consequências relativos a problemas socioambientais.

Entendemos que estas premissas mostram as divergências existentes quando o tema é a interpretação do termo Meio Ambiente. Conhecer os pensamentos e os caminhos trilhados na academia e na escola talvez ajudem a alcançarmos os objetivos postos nas iniciativas aqui apresentadas.

Contexto e ambiente da pesquisa

A investigação teve por base ouvir alunos do 8º ano, do ensino básico fundamental. Foram entrevistados 91 alunos pertencentes a 4 turmas, distribuídas uma em cada uma das 4 escolas públicas do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, visitadas no segundo semestre do ano de 2014. O interesse era verificar a concepção dos alunos sobre o tema Meio Ambiente sua abrangência e implicações socioambientais. Para isso construímos um questionário semiestruturado com 9 questões, aplicados pelos professores regentes de cada uma das turmas. Os professores executores haviam sido orientados para a atividade e sobre a importância da leitura das questões aos entrevistados, antes de serem respondidas.

Para a análise dos dados consideramos as propostas de pesquisa apresentadas por Lakatos (2011) quando indica que uma pesquisa qualitativa, dependendo da análise a ser feita, deve ser complementada com a análise quantitativa e propõe a técnica da triangulação, pois através dela é possível obter maior amplitude na descrição, explicação e compreensão do fato estudado. As análises foram realizadas a partir da organização dos dados expostos nos gráficos produzidos através do programa Excel e das categorias projetadas segundo orientação da análise dos conteúdos propostas por Bardin (2016). A autora afirma ainda da importância do contexto interno e externo ao fato estudado. Daí nosso interesse em reunir as análises qualitativas e quantitativas de forma complementar.

Analisando as informações obtidas

Podemos ver na tabela 1 dados sobre a faixa etária encontrada no grupo de alunos entrevistados. A variação neste período da escolaridade geralmente não apresenta grandes disparidades, talvez pelo fato da obrigatoriedade da legislação de que jovens com 14 anos devem estar matriculados em escolar de ensino regular.

Escolas	Nº de alunos
1	25
2	28
3	18
4	20
Total	91

Tabela 1 - Distribuição dos alunos por escola visitada.

Um ponto interessante que foi observado é que mesmo que exista uma reclamação recorrente em relação ao número de alunos por turma considerado alto por parte dos professores, os números estão dentro dos padrões estabelecidos. A LDB 9.394/1997, não previa o número limite de alunos por turma, mas o Projeto de Lei 597/07 que alterou a legislação e definiu aos 4 anos finais do ensino fundamental o limite máximo de 35 alunos por sala de aula.

Na tabela 2, vemos que existe equidade entre as faixas etárias encontradas, e atendem ao que estabelece a legislação vigente. Concordante a esta afirmação vemos no gráfico 1 que em termos percentuais, 81% dos alunos entrevistados estão dentro da faixa de idades correspondentes a relação ano/escolaridade. As dispersões ocorrem para os jovens de 17 anos (3%) que passam a fazer parte do programa denominado “Correção de Fluxo” oferecido pela Secretaria de Educação Básica do MEC, e os demais alunos com perfis entre 13 e 16 anos (16%), faixas etárias aceitáveis pela legislação.

Idades identificadas	Número de alunos
13	6
14	48
15	26
16	8
17	3
Total	91

Tabela 2 - Número de alunos entrevistados, por faixa etária.

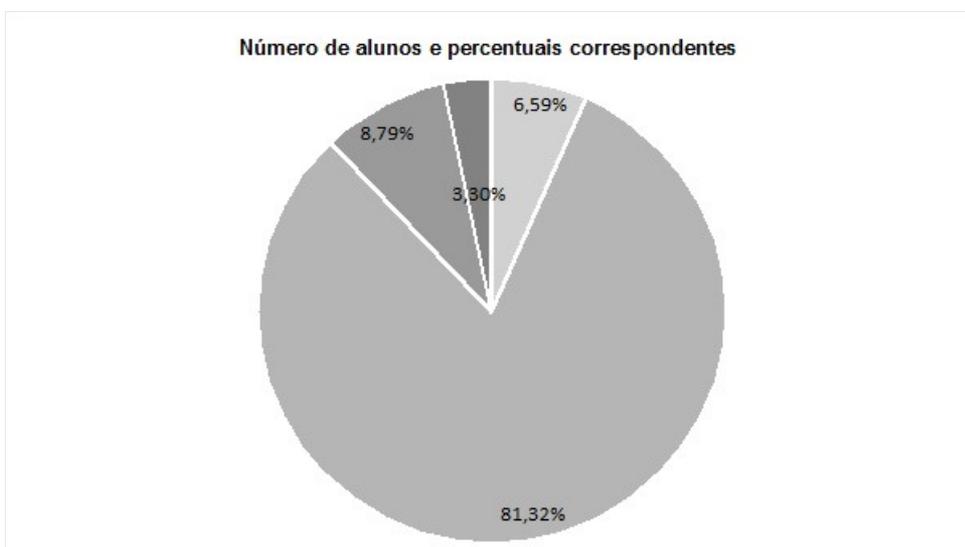


Gráfico 1 - Relação entre o número de alunos entrevistados e os percentuais de cada faixa etária.

É importante identificar que, considerando a legislação, 81% dos jovens entrevistados estão na idade certa em relação ao 8º ano escolar. Isto estabelece a relação teórica entre a maturidade/consciência dos alunos e as discussões estabelecidas para a interpretação do meio ambiente e as ações de Educação Ambiental previstas para o ensino fundamental. Entretanto, os dados que são apresentados a seguir mostram, no nosso entendimento, uma realidade divergente do esperado.

Os números encontrados no gráfico 2 mostram que existe uma preferência acentuada para a disciplina de Ciências da Natureza. Entendemos que esta tendência por si só deveria evidenciar maior facilidade dos alunos em estabelecerem relações socioambientais para mostrar que a EA é fonte inesgotável onde podemos buscar dados e informações para analisarmos o meio ambiente onde vivemos, de forma contextualizada. Se assim fosse as disciplinas de sua preferência não interfeririam

quando a questão foi em qual ou quais disciplinas seria mais fácil falar sobre EA.



Gráfico 2 – Número de alunos manifestando preferência por uma disciplina.

Podemos ver claramente que a Ciências da Natureza se constitui na principal disciplina elencada pelos alunos. Ou seja mais de 43% dos entrevistados optam por uma disciplina que, no senso comum, é a responsável pelos estudos relativos ao meio ambiente.

Quando os entrevistados foram chamados à manifestação sobre em que disciplina o meio ambiente deveria ser discutido, nossas hipóteses de que a disciplina de Ciências da Natureza seria a mais lembrada e de que as demais áreas do conhecimento seriam pouco lembradas, começou a se consolidar. Para responder a estas hipóteses perguntamos concretamente em que disciplina ou disciplinas o meio ambiente deveria ser discutido e, em qual ou quais disciplinas entendiam, os alunos, seria mais fácil falar sobre EA, as respostas foram bastante semelhantes.

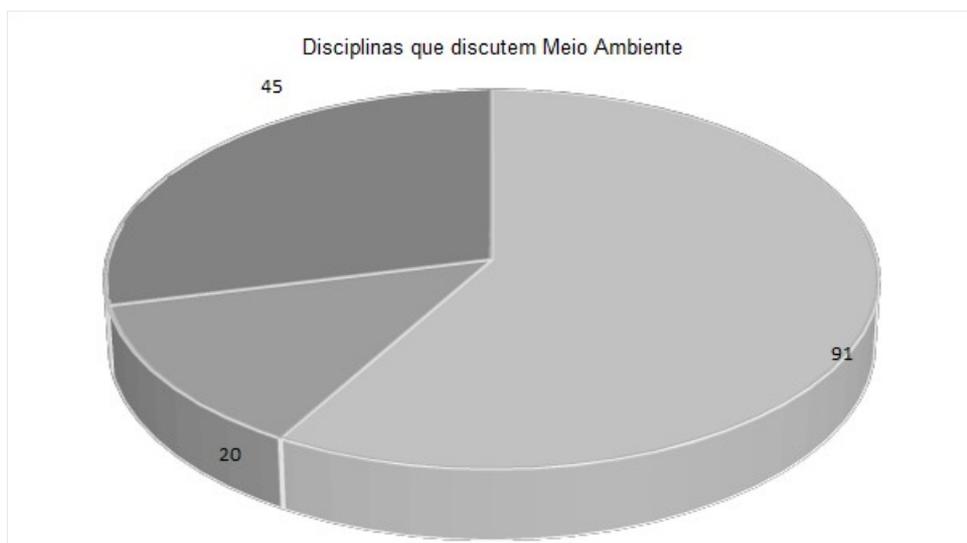


Gráfico 3 – Disciplinas citadas e o número de alunos que as citaram.

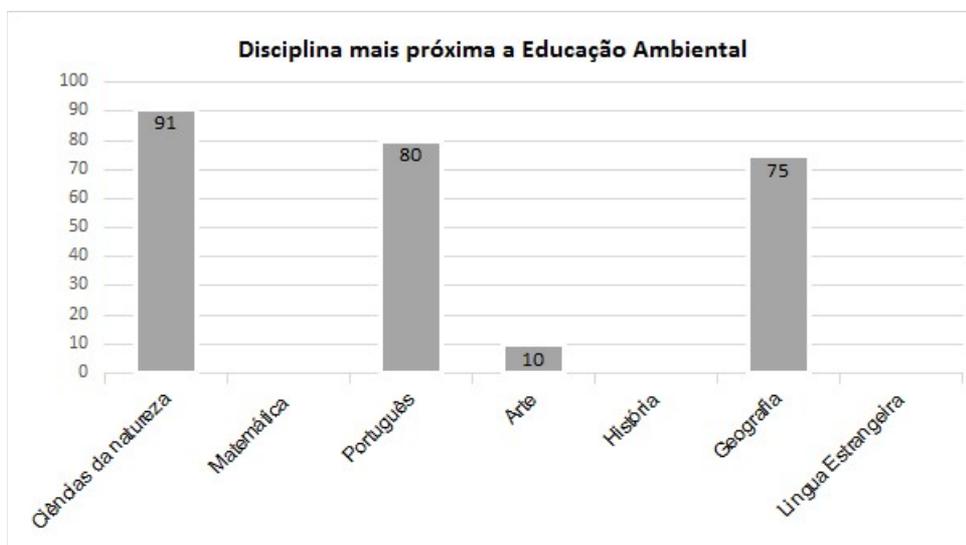


Gráfico 4 – Opção dos alunos por disciplinas que se aproximem da EA.

Nos dois gráficos anteriores, combinados, vemos nitidamente a preferência dos alunos por duas áreas do conhecimento que se interligam quando o tema abordado é o ambiente natural. Tanto as ciências da natureza quanto a geografia são vistas como disciplinas ligadas as questões ambientais, pois ambas situam suas discussões em ambientes que tratam do ambiente natural. A primeira voltando-se aos animais e vegetais e, a segunda, o ambiente físico onde estes seres vivos interagem.

Um dado interessante é que quando o foco é a EA, os números referentes a disciplina de português ultrapassam a geografia. Como se pelo fato de aparecer a palavra “Educação” desse ao português uma maneira facilitada de articulação na representação escrita dos costumeiros textos que são apresentados em sala de aula, quando o assunto se volta a EA.

Considerações finais

O termo Meio Ambiente, entre os alunos entrevistados, ainda está ligado as relações existentes entre os seres vivos que coabitam um determinado espaço físico. Isso ratifica nossa premissa sobre a forte presença orientativa originada no senso comum do local onde vivem, e das mídias a que têm acesso.

A deferência alcançada pelo estudo do meio ambiente é importante no ensino básico. Entretanto, deveria receber o aporte, que percebemos necessário, de discussões que levem os alunos a uma consciência socioambiental, em relação ao meio ambiente.

Entendemos que é a partir desta consciência que poderíamos construir um espaço para a construção de uma Educação Ambiental transversalizada, perpassando todas as áreas do conhecimento. Das Ciências da Natureza a Matemática, da História a Geografia, das Artes as Línguas Estrangeiras ou o Português, como disciplinas cursadas neste nível de ensino.

Bibliografia

BRASIL. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm. Disponível em 10/4/2018.

_____, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro->

1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html. Disponível em 13/4/2018.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, v.1, 1997.

_____, Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, v.4, 1997.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais e ética. Brasília: MEC/SEF, v.8, 1997.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, v.9, 1997.

TORALES, Marília Andrade. A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar à ação educativo-comunitária como compromisso político-pedagógico. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3437/2064>. Acesso em: 2/4/2014.

TEIXEIRA, C.; TORALES, M. A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

CONSEDEY, L. A. A educação ambiental na formação de professores (normalistas): um estudo das representações sociais. Rio de Janeiro: UniFOA, 2013.

SOUZA, C. G.; SOUZA, T. N. O estado da arte das pesquisas sobre a formação de professores em Educação Ambiental nas áreas de Ciências e Biologia. <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2999>. Acesso em: 15/4/2018.

BATALHA, C. C. G.; SANTOS, C. L. F.; MARQUES; R. O. A formação do professor enquanto educador ambiental no curso de licenciatura em Geografia. <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2098>. Acesso em: 10/4/2018

SANTOS, J. A. Uma investigação escolar acerca das concepções ambientais sobre a Lagoa Azul – Siderópolis/SC/Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina. http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/109627_Janaina.pdf. Acesso em: 10/4/2018.

BERNA, V. Como fazer Educação Ambiental. São Paulo: Paulus, 2001

2

Like Be the first of your friends to like this.